



Indicadores na Assistência Estudantil: Análise nas Universidades Federais Brasileiras

Indicators in Student Assistance: Analysis in Brazilian Federal Universities

Helder de Lima Fava¹
Renato Fabiano Cintra²

Resumo

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, constituindo um artefato jurídico do Governo Federal do Brasil, regulamentando as principais ações acerca da assistência estudantil no país. Não obstante, este documento apresenta a necessidade que as instituições federais de ensino superior têm em fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação da referida política pública. Neste sentido, objetiva-se com este artigo tenta identificar a existência de indicadores de avaliação no âmbito dessa política nas 69 universidades federais do país. Metodologicamente, a pesquisa apresenta-se como qualitativa, exploratória e descritiva, pois investiga a existência de instituições federais de ensino superior que apresentam algum tipo de indicador na avaliação e/ou monitoramento da assistência estudantil. Os resultados da pesquisa apontam poucos registros acerca dessa temática e não tão consolidadas quanto deveriam, apresentando possibilidades de melhoria. Assim, o estudo contribui para o aprimoramento na reflexão e da necessidade de construção de indicadores para medir e avaliar a política de assistência estudantil em âmbito federal. O processo de aprimoramento dos mecanismos de avaliação de políticas públicas configura-se como essencial para uma gestão pública cada vez mais eficiente e eficaz.

Palavras-chave: ensino superior federal; política pública; assistência estudantil; programa nacional de assistência estudantil; indicadores.

Abstract

Decree nº 7.234, of July 19, 2010, provides for the National Student Assistance Program, constituting a legal artefact of the Federal Government of Brazil, regulating the main actions regarding student assistance in the country. However, this document presents the need for federal higher education institutions to establish mechanisms for monitoring and evaluating the aforementioned public policy. In this sense, this article aims to identify the evaluation indicators within the scope of this policy in the 69 federal universities in the country. Methodologically, the research presents itself as qualitative, exploratory, and descriptive as it investigates the existence of Federal institutions of higher education that have some indicators in the evaluation and monitoring of student assistance. The research results point to few records on this subject and are not as consolidated as they should, presenting possibilities for improvement. Thus, the study contributes to the upgrade of reflection and the need to build indicators to measure and evaluate student assistance policy at the federal level. The process of improving public policy evaluation mechanisms is essential for increasingly efficient and effective Public management.

Keywords: federal higher education; public policy; student assistance; national student assistance program; indicators.

1 Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Técnico de Nível Superior da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

2 Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Administrador e Professor Permanente e Voluntário na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

1 INTRODUÇÃO

O entendimento sobre a importância e o papel da assistência estudantil permite traçar rumos que visem à melhoria dos serviços prestados no ensino superior, em prol da qualidade da experiência de aprendizagem e sucesso dos estudantes (CIOBANU, 2013) *the Trends IV* (2005). Esta temática é uma preocupação global, considerando as publicações da Associação Internacional de Assuntos e Serviços Estudantis (IASAS) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), acerca das questões e melhores práticas sobre assuntos estudantis no ensino superior (LUDEMAN; SCHREIBER, 2020).

A implementação de políticas públicas de assistência estudantil no Brasil configura um dos princípios norteadores em prol da redução de desigualdades sociais e econômicas, e como forma de democratização no acesso, permanência e igualdade de condições no ensino superior (PINTO; ONUSIC, 2016). As pressões oriundas dos movimentos sociais, especificamente do movimento estudantil, têm provocado iniciativas mais expressivas no âmbito da assistência estudantil, em contraponto às ações mais tímidas nesse âmbito de atuação, resultado da influência de grupos hegemônicos no controle das ações do Estado (GARRIDO, 2012). Não obstante, infere-se que as ações em torno da assistência estudantil fortalecem o ambiente acadêmico e objetivam-se principalmente à promoção da inclusão social através da educação, direito de todos. Logo, compreende-se a assistência estudantil como “elemento da natureza própria das universidades”, pois inferem que essa atenção ao estudante tem tradição no ensino superior (GOMES; PASSOS, 2018). Esse tipo de assistência apresenta-se como um caráter fundamental concedendo estratégias para estudantes permanecerem na universidade – que muitas vezes nem imaginariam frequentar um curso superior (POGGERE, 2017). Neste sentido, a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, traz caráter efetivo para a implementação.

A discussão acerca do tema constitui uma importante ferramenta para construção de uma política de assistência estudantil (SOUZA; CINTRA, 2020), para que esteja realmente engajada com os fins a que se destina, produzindo resultados eficazes, além de perceber e analisar o contexto social e político pelo qual a assistência estudantil tem se desenvolvido, principalmente após a implantação do Decreto do PNAES (DURAT, 2017; DUTRA; SANTOS, 2017). Entretanto, é preciso que as estratégias neste âmbito de atuação estejam alinhadas como forma de identificar os programas específicos para a permanência dos estudantes, no sentido, inclusive, de fortalecer as instituições de ensino superior (VELOSO; MACIEL, 2015). Destaca-se como estratégia a avaliação de políticas públicas, como uma exigência quanto à qualidade da gestão pública por parte da sociedade, que também tem se mostrado mais participativa nos processos governamentais, motivada pela transparência e eficiência dos recursos públicos que são utilizados nos mais diversos fins (CAPOBIANGO *et al.*, 2011). A pesquisa em torno da avaliação de políticas públicas constitui-se de grande importância, pois representa um fortalecimento nos arranjos institucionais da administração pública (CRUMPTON *et al.*, 2016).

Posto isso, muitos questionamentos são feitos a respeito de como tem sido a avaliação do PNAES nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), se existe algum mecanismo de avaliação ou se as IFES têm trabalhado com algum indicador como forma de avaliação da política. Neste sentido, este trabalho tenta identificar a existência de mecanismos de avaliação da política pública de assistência estudantil no Brasil através da utilização de indicadores, nas IFES do país. Tal âmbito de pesquisa, apontada como uma limitação por Eloi (2018) vem passando, nas últimas duas décadas, por um intenso processo de democratização. Porém, o aumento das oportunidades de ingresso de estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis neste nível de ensino, trouxe como questão urgente de políticas públicas a permanência dos estudantes nas universidades. Neste contexto, com o objetivo de fornecer ações efetivas de permanência de alunos de baixa renda nos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, o Governo Federal criou, em 2008, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, baseia-se na impossibilidade de apurar dados sobre a assistência estudantil, em termos de indicadores longitudinais, pois estas ações auxiliam os gestores nos processos de tomada de decisão e monitoramento e avaliação da política como um todo. Assim, no sentido de identificar a existência de indicadores no processo de avaliação da assistência estudantil, foi realizada uma busca nos sites das 69 IFES do Brasil, observando informações nas páginas específicas para a temática, bem como em documentos oficiais, como relatórios de gestão e planos de desenvolvimento institucional (PDI). Os dados coletados corroboram a afirmativa de que esta área é pouco explorada no âmbito da academia (SOUZA; CINTRA, 2020), haja vista a pequena quantidade de IFES que utilizam algum indicador para avaliar o programa.

Os resultados apresentados, mesmo que singulares, apontam para um universo de pesquisa a ser explorado, como forma de contribuir e motivar pesquisas futuras para atendimento das IFES que não possuem nenhum mecanismo de avaliação e monitoramento. Para tanto, o estudo foi organizado em cinco partes. Assim, além desta introdução, há o referencial teórico acerca das políticas públicas com foco na avaliação, na assistência estudantil como política pública após a implantação do PNAES e uso dos indicadores nos processos de avaliação das políticas públicas. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados, bem como apresentação dos dados e a discussão. Por fim, têm-se as considerações com as indicações de pesquisas futuras, contribuições e limitação do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas com foco na avaliação

A definição do termo políticas públicas compreende a maneira pela qual as decisões políticas são definidas, de modo racional, quando surgem demandas e problemas de natureza pública; critérios para enfrentamento dos desafios sociais (LIMA; MENDES, 2020). Também como o campo do conhecimento que propõe ações do governo para analisar essas ações, produzindo resultados ou mudanças na sociedade: permitem distinguir o que o governo tem a intenção de fazer ou que realmente faz; envolve vários personagens e níveis de decisão; é abrangente, sem limitação de leis e regras; tem uma intenção, com objetivos; é uma política de longo prazo, mesmo tendo impactos imediatos; envolve vários processos como implementação, execução e avaliação (HOCHMAN; ARRETICHE; MARQUES, 2007). Desse modo, as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões. [...] é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p. 1-2). Não obstante, o tratamento ou a solução de um problema público, relevante, compreende a razão de existir uma política pública (SECCHI, 2013).

Ao conhecerem e compreenderem os processos de políticas públicas, Wu *et al.* (2014) inferem que os gestores públicos podem superar barreiras que muitas vezes atrapalham os processos por eles desempenhados. Ainda, se os gestores públicos: “[...] não estiverem familiarizados com a natureza e o funcionamento do processo de políticas, eles podem não ser capazes de elaborar estratégias eficazes para influenciar sua direção e garantir que resulte em um conjunto integrado de resultados” (WU *et al.*, 2014, p. 14).

O ciclo de políticas públicas compreende o processo de elaboração, que organiza a vida de uma política pública e compreende sete fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas para o problema, tomada de decisão, implementação da política pública, avaliação da política pública e extinção (SECCHI, 2013). Dando um enfoque maior à avaliação de política pública, objeto de estudo deste artigo, Lima e Mendes (2020) conceituam-na a partir dos resultados das ações diante dos objetivos definidos no planejamento, caracterizando-a como uma etapa de grande importância na análise de políticas e programas públicos. Costa e Castanhar (2003) apontam que, ao longo da história, não houve preocupação em avaliar programas públicos por parte da administração pública brasileira, mas as mudanças na sociedade e Estado brasileiros provocadas nos anos 1980 têm feito isso ser diferente. A avaliação sistemática, contínua e eficaz desses programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Ramos e Schabbach (2012) apontam a avaliação de políticas públicas como uma possibilidade de aprimorar as tomadas de decisões, alcançar o bom uso dos recursos, permitir que as decisões e as ações tomadas sejam responsabilizadas, possibilitando aos gestores de políticas públicas o desenho de políticas mais consistentes. Não obstante, destacam ainda o crescente interesse dos governos no Brasil neste âmbito. Tal interesse relaciona-se a fatores como alcance de metas, verificação de resultados dos programas, eficiência e eficácia da gestão pública e aplicação da *accountability*. Este processo avaliativo permite aos governantes o conhecimento dos resultados de determinado programa, para a partir daí tomar suas decisões e/ou considerações (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Nesse sentido, Ramos e Schabbach (2012) compreendem os tipos de avaliação a partir de alguns critérios, conforme [Quadro 1](#).

As avaliações ainda podem provocar uma tribulação para os governantes e demais agentes envolvidos no processo, pois os resultados por elas alcançados podem ser utilizados como forma de constranger a administração pública, criticando o governo e suas ações (TREVISAN; BELLEN, 2008), o que reforça a importância desse processo no âmbito das políticas públicas.

2.2 Políticas públicas na assistência estudantil no Brasil: o PNAES

As políticas públicas no âmbito da permanência estudantil são dotadas de valor público, que perpassam o acesso das camadas sociais em condições socioeconômicas desfavoráveis (LIMA; MENDES, 2020) e que são viabilizadoras do sucesso e do desempenho acadêmico de classes desfavorecidas (BORDIM *et al.*, 2019; CINTRA; RIBEIRO; COSTA, 2018). Caracterizada como um direito social pela Constituição Federal de 1988, a educação deve ser considerada como componente que aponte uma sociedade que aspira evolução econômica, humana e social em prol do desenvolvimento social da nação (LIMA; FERREIRA, 2016).

A assistência estudantil objetiva o provimento dos recursos que são necessários para transpor obstáculos e demais impedimentos do bom desempenho acadêmico, criando condições para que ele tenha o desenvolvimento efetivo com boa atuação, reduzindo o abandono e trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010). Neste sentido, a assistência estudantil configura um mecanismo de direito social, permitindo que os estudantes, amparados por medidas em algumas áreas, possam ingressar em seus estudos na educação superior e concluir seu processo de formação, mesmo não detendo as condições financeiras suficientes para tal (LIMA; MENDES, 2020). Logo, a

Quadro 1. Tipos de avaliação

Critério: o agente que avalia e quem participa do processo de avaliação			
EXTERNA Feita por especialistas de fora da instituição.	INTERNA Executada por pessoas da instituição que participam diretamente do programa.	MISTA Combina os tipos anteriores.	PARTICIPATIVA Envolve a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações.
Critério: natureza da avaliação			
Ambas voltadas à análise e produção de informações			
FORMATIVA Relacionadas à formação do programa; possibilitam a correção dos procedimentos.		SOMATIVA Ocorre na implementação e etapas posteriores.	
Critério: momento da avaliação			
EX ANTE Ocorre antes do começo do programa. Pode decidir a implementação ou não do programa.		EX POST Ocorre durante a execução do programa ou no final. Tem análise dos resultados obtidos e pode-se julgar pela não continuidade dele.	
Critério: tipo de problema ao qual a avaliação responde			
PROCESSOS Abordam a dimensão da gestão.	RESULTADOS Verifica em que medida os objetivos foram alcançados e analisa os efeitos e consequências.		IMPACTOS Aferir os fins do programa.

Fonte: Ramos e Schabbach (2012).

democratização do acesso e da permanência no ensino superior configuram-se como mecanismos de relevância provocados pela assistência estudantil (VARGAS, 2011).

Isso posto, muitas ações que envolvem a assistência estudantil no ensino superior são objetos de estudos e pesquisas (SOUZA; CINTRA, 2020), mas é o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 12 de dezembro de 2007, que configura um marco histórico e fundamental para a assistência estudantil no país (VASCONCELOS, 2010). De portaria normativa, o instrumento legal acerca da assistência estudantil foi transformado no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, fornecendo subsídios em prol da permanência nos cursos de graduação de alunos com baixa renda, procurando estabelecer também uma convergência entre o ensino, pesquisa, extensão e assistência ao estudante, de modo a evitar a evasão e a reprovação (ASSIS *et al.*, 2013). As ações relacionadas à assistência estudantil devem se atentar a outras formas de vulnerabilidade social, não somente ao combate à pobreza através de ações de subsistência.

Configuram-se como objetivos do PNAES: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). São 10 áreas que as ações de assistência estudantil devem compreender: moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos (BRASIL, 2010). Durat (2017) complementa o entendimento dessas áreas quando menciona que estes 10 itens se configuram como estrutura mínima para atender os objetivos do PNAES.

O programa permite a definição dos critérios e metodologia de seleção a partir de cada universidade, priorizando alunos vindos da rede pública de educação ou com renda *per capita* de até um salário mínimo, num quantitativo condicionado às dotações orçamentárias destinadas às IFES para a execução do programa (CARRANO; BERTASSI; MELO-SILVA, 2018). Não obstante, o aumento da dotação orçamentária ao PNAES é perceptível nos primeiros anos do programa; configurando elementos que contribuem para a permanência do estudante o apoio financeiro e auxílio ao estudante (VELOSO; MACIEL, 2015). Entretanto, Palavezzini e Alves (2019) apontam que o financiamento da assistência estudantil constitui um estranhamento em virtude das informações complexas e pouco acessíveis, o que tornam as pesquisas nesse sentido cada vez mais importantes, principalmente por considerar a atualidade e escassez do tema. Além disso, Martins, Araújo Jr. e Rodrigues (2019) apontam que o orçamento da assistência estudantil é preocupante, considerando as atitudes tomadas pelos últimos dois governos do país, principalmente no que tange ao bloqueio de recursos, numa tentativa de equilíbrio de contas a partir da redução do orçamento de política social.

Destaca-se, no âmbito do PNAES, a necessidade de ampliar os dados referentes à eficácia do plano de assistência estudantil, fato este, recorrente da escassez de dados sobre as ações nesse âmbito das políticas públicas (IMPERATORI, 2017). Tais dados devem refletir o desempenho acadêmico dos estudantes, com sugestão de criação de bancos de dados específicos sobre o programa. Não obstante, Taufick (2014), Lima e Ferreira (2016), Paula (2017), Andrade e Teixeira (2018), Lima e Davel (2018), *apud* Lima e Mendes (2020) apontam a necessidade de avaliação da implementação efetiva do programa. Consoantes, Lima e Ferreira (2016) corroboram essa afirmativa quando apontam que não há um controle específico de correlação entre a evasão ou permanência dos estudantes, face às

políticas públicas em prol dessas ações. As considerações acerca da evasão e permanência dos estudantes devem considerar aspectos quantitativos e qualitativos e as ações definidas em prol dessas perspectivas (SANTOS, 2016).

2.3 Indicadores como instrumentos de avaliação de políticas públicas

A administração pública deve realizar algumas reformas face às mudanças e cenários atuais, a mencionar: revisão da sua dimensão, introdução de técnicas de gestão em prol da eficácia, eficiência e economia e criação de sistema de informações que auxiliem a tomada de decisões (GRATERON, 1999). Essa capacidade que a administração pública possui em realizar e obter resultados tem dependência da maneira como ela é estruturada (MATIAS-PEREIRA, 2008). No que tange à tomada de decisões, destaca-se o papel que os indicadores têm nesse processo, pois possibilitam dar uma resposta às demandas da sociedade relativas aos gestores públicos. Desta forma, o gestor público poderá contar com um sistema complexo de informações que lhe permite selecionar as decisões mais adequadas e conhecer o tipo de serviço que administra o gestor público, as atividades necessárias para produzi-lo e os custos associados, com a finalidade de identificar e controlar os recursos gerenciados, de maneira a atingir os objetivos da organização de forma eficiente e eficaz (GRATERON, 1999).

A utilização de indicadores no âmbito das políticas públicas geralmente é vinculada nas fases de monitoramento e avaliação, mas compreendem um grande auxílio, inclusive desde a concepção da política (BRASIL, 2012). Os indicadores compreendem unidades que medem ou verificam se os objetivos estão sendo alcançados ou as mudanças estão sendo previstas, de forma quantitativa ou qualitativa, pois: configuram-se como mecanismos de mensuração, com vistas à avaliação e tomada de decisões (ROZADOS, 2005). Além dos indicadores constituírem uma importante ferramenta gerencial para a administração pública, também são utilizados para a fiscalização dessa administração pelos movimentos populares (ZUCATTO *et al.*, 2009).

Grateron (1999) apresenta as principais qualidades de um indicador, a mencionar: relevância, pertinência, objetividade, sensibilidade, precisão e custo benefício. Tais qualidades, segundo o autor, validam o indicador e sua força para avaliar a gestão. Há a necessidade de que os indicadores estejam normalizados e permitam a comparabilidade, ou seja, análise dos dados em sua produção histórica (ROZADOS, 2005).

Carlos *et al.* (2008) apontam a classificação dos indicadores em dois tipos: objetivos, também chamados de quantitativos; e subjetivos, ou qualitativos. No âmbito da discussão deste trabalho, o documento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2012) aponta três classificações que correspondem aos diferentes momentos do ciclo de gestão de políticas públicas, tipo de avaliação e complexidade: indicadores de gestão do fluxo de implementação de políticas públicas, indicadores de avaliação de desempenho (foco desta discussão) e complexidade. A classificação mais comum dos indicadores de desempenho compreende em indicadores de qualidade e produtividade; os primeiros, relacionados à satisfação dos clientes; os segundos, o desempenho dos processos na organização e como os recursos disponíveis são utilizados (PAULA; ICHIKAWA, 2002).

No que tange aos indicadores de avaliação de desempenho, Rozados (2005) define que eles buscam medir a eficiência e a eficácia de uma unidade de informação. Para o Tribunal de Contas da União (2000), um indicador de desempenho corresponde a uma unidade de medida que mede um aspecto do desempenho, para que possa ser comparada com metas preestabelecidas, podendo fornecer uma boa visão acerca do resultado esperado. Nesse viés, a utilização desses indicadores permite: a avaliação qualitativa e quantitativa, acompanhamento e avaliação periódica do desempenho; processo de mudanças eliminando inconsistências; aprimora o processo de desenvolvimento organizacional e cria condições para incorporar sistemas de reconhecimento pelo bom desempenho (TCU, 2000).

A produção de indicadores de desempenho muitas vezes é feita sem a definição de regras, o que faz com que os gestores públicos sejam influenciados a desenvolver inúmeros deles; neste contexto, a realidade que se pretende intervir deve estar referenciada através de informações que subsidiarão não apenas a construção de uma política pública, mas sua inclusão na agenda governamental (BRASIL, 2012).

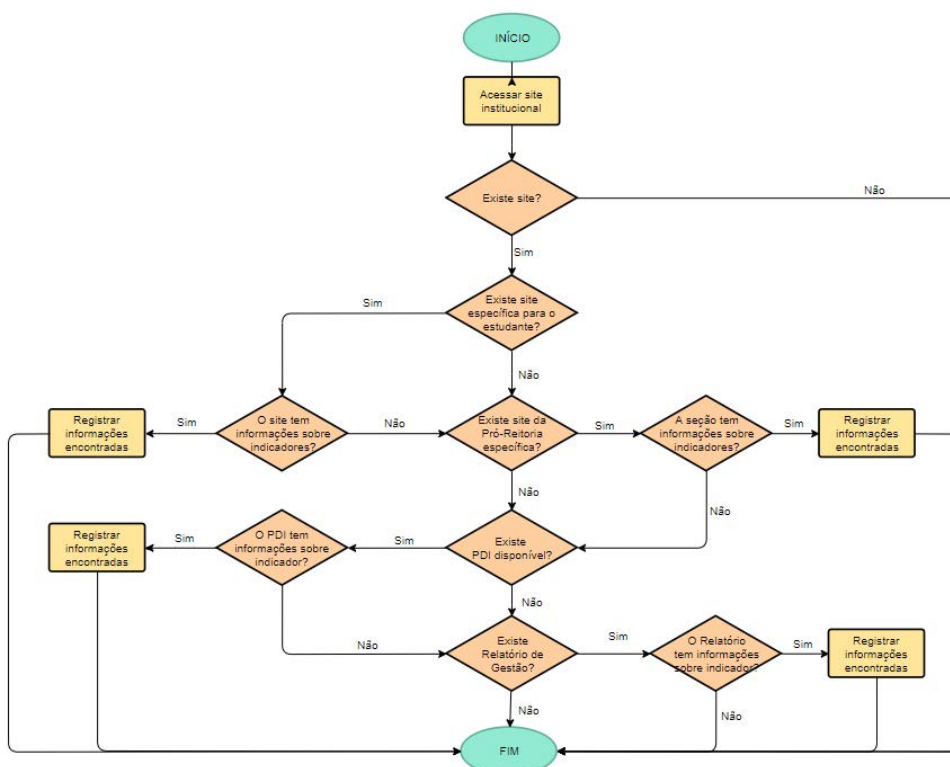
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utiliza métodos qualitativos, com finalidade descritiva e estudos de casos múltiplos, e foi restrita às informações obtidas através dos sites institucionais das IFES (seções específicas sobre assistência estudantil, relatórios de gestão e Plano de Desenvolvimento Institucional [PDI]). A primeira etapa, constituída de artefatos exploratórios, teve foco no acesso aos sites das 69 instituições federais de ensino superior, na busca de informações referentes a indicadores de assistência estudantil. Neste acesso, vale destacar a disponibilidade de links de acesso rápido referentes à assuntos estudantis, página específica de Pró-Reitoria no âmbito dessa atuação e investigação no relatório de gestão mais recente ou PDI em vigor, para cada instituição.

Ao acessar o site institucional de cada IFES, tentou-se identificar, na *homepage*, a existência de links para página específica relacionada à assistência estudantil, fato este presente em algumas universidades. Em cada um dos sites analisados, houve a preocupação em buscar informações relacionadas aos indicadores, sem adentrar no mérito da utilização destes artefatos na seleção ou no acompanhamento desta política. Foram coletadas também

informações referentes às quais áreas do PNAES as universidades têm programas de atendimento e realizados os devidos registros em planilha eletrônica. Continuando o processo de pesquisa, na ausência deste atalho, averiguou-se a existência de site específico de Pró-Reitoria ou órgão complementar que atue no âmbito dessa política pública. Não encontrando informações nesta seção da página da IFES, efetuou-se a busca por informações no Plano de Desenvolvimento Institucional, e logo após nos relatórios de gestão. O registro de cada informação encontrada também foi armazenado e organizado em um documento para tal, com as seguintes informações: identificação da IFES, fonte pesquisada (relatório de gestão, PDI ou site específico), referências de indicadores encontradas e observações gerais (tipo de disponibilização dos dados encontrados e relatos de ações futuras, por exemplo). A Figura 1 representa, graficamente, os procedimentos de pesquisa utilizados no âmbito deste trabalho. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de janeiro a março de 2020.

Figura 1. Diagrama de fluxo de trabalho realizado na pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No momento inicial, após o acesso às páginas institucionais das IFES do Brasil, foram tabuladas informações referentes às áreas de assistência estudantil propostas pelo PNAES e o devido registro do que cada IFES executa nos âmbitos de suas atuações (Quadro 2).

Quadro 2. IFES do Brasil e execução nas áreas do PNAES

SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
UnB	X	X						X	X		UFRA	X	X	X					X	X	
UFCat	X	X									UNIR	X	X	X					X	X	
UFG	X	X		X				X	X		UFRR	X	X	X		X					
UFJ	X	X	X								UFT	X	X		X						
UFGD	X	X	X	X			X	X	X		UFES	X	X	X					X	X	
UFMS	X	X						X	X		UNIFAL		X						X	X	
UFMT	X	X	X							X	UNIFEI		X						X		

Fonte: elaborado pelos autores. Sigla ND – Não disponível. Nota: 1. Moradia; 2. Alimentação; 3. Transporte; 4. Atenção à saúde; 5. Inclusão digital; 6. Cultura; 7. Esporte; 8. Creche; 9. Apoio pedagógico; 10. Acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos.

Quadro 2. IFES do Brasil e execução nas áreas do PNAES (continuação)

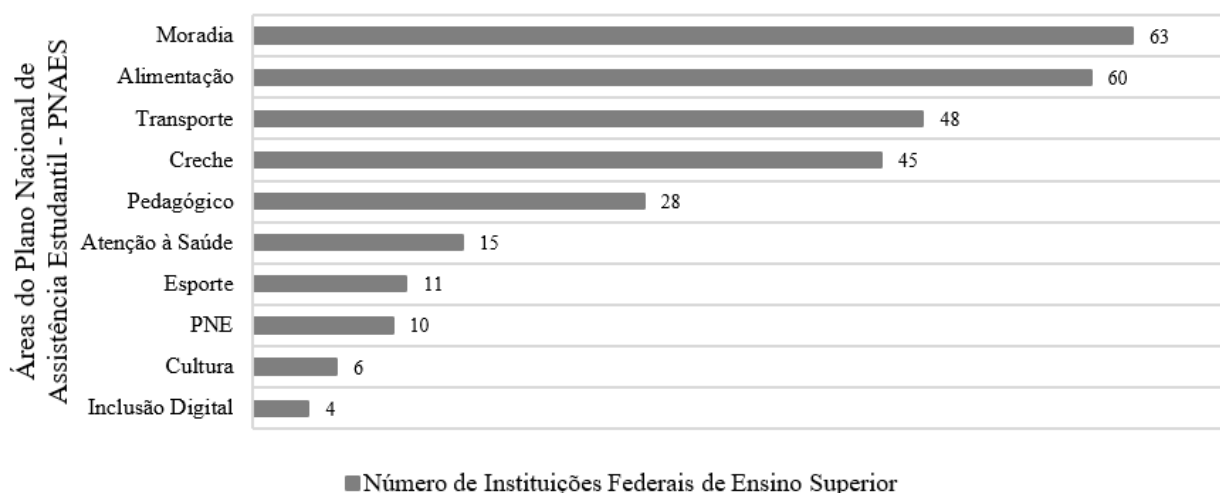
SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	SIGLA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
UFR	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	UFJF	X	X	X					X		
UFAL	X	X		X							UFLA	X							X		
UFBA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	UFMG	X	X	X	X				X	X	
UFOB	X	X	X					X			UFOP	X	X	X							
UFRB	X	X	X					X			UFSJ	X	X	X	X				X	X	
UFSB	X	X	X	X		X		X			UFU	X	X	X					X		X
UFCA	X	X	X	X	X			X			UFV	X	X						X		
UFC	X	X	X					X	X		UFTM	X	X	X							
UNILAB	X	X	X								UFVJM		X	X							X
UFMA	X	X	X	X							UNIRIO	X	X								X
UFPB	X	X	X							X	UFRJ	X	X	X					X	X	
UFCG	X	X								X	UFF	X	X	X				X	X	X	
UFPE	X	X	X					X	X		UFRRJ	X	X	X					X	X	X
UFAPE	X	X	X								UFSCar	X	X	X							
UFRPE	X	X	X			X	X	X			UNIFESP	X	X	X					X		
UNIVASF	X	X	X			X	X	X	X		UFABC	X	X						X		
UFDPAr	X	X				X	X				UFPR	X	X						X	X	
UFPI	X	X						X	X	X	UNILA	X	X	X	X				X		
UFRN	X	X	X	X				X			UTFPR	X	X								
UFERSA	X	X	X					X		X	UFCSPA	X	X	X							
UFS	X	X	X					X	X	X	UFPeI	X	X	X					X	X	
UFNT	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	UFSM	X		X					X		
UFAC	X		X					X			UNIPAMPA	X	X	X					X		
UFAM	X		X		X			X	X	X	FURG	X	X	X	X				X		
UNIFAP	X	X	X	X	X						UFRGS	X		X	X				X	X	
UFOPA	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	UFSC	X							X		
UFPA	X	X	X					X	X	X	UFFS	X	X	X					X	X	
UNIFESSPA	X	X	X					X													

Fonte: elaborado pelos autores. Sigla ND – Não disponível. Nota: 1. Moradia; 2. Alimentação; 3. Transporte; 4. Atenção à saúde; 5. Inclusão digital; 6. Cultura; 7. Esporte; 8. Creche; 9. Apoio pedagógico; 10. Acesso, participação e aprendizagem para estudantes com deficiência e outros transtornos.

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) apresenta mecanismos legais da instituição que fazem referência às áreas estratégicas da política de Assistência Estudantil (alinhadas ao PNAES), mas não traz com clareza, nos ambientes pesquisados, quais são os tipos de auxílios e benefícios concedidos. Por este motivo, foi preenchida como não disponível. A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) foi criada em 2018, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o respectivo site ainda não disponibiliza as informações objetos de estudo deste trabalho. Algo semelhante acontece com a UFNT (Universidade Federal do Norte do Tocantins), nascida do desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2019.

Há de se destacar que o registro feito para cada IFES considerou, em comparação com as áreas do PNAES, aquilo que de mínimo as instituições deverem oferecer aos seus estudantes. Importante também mencionar que muitas IFES disponibilizam atendimento psicológico para seu corpo discente, o que foi contabilizado como área de atendimento à saúde, bem como ações odontológicas ou suportes especiais em hospitais universitários mantidos pela IFES. Não obstante, algumas universidades oferecem kits pedagógicos para cursos específicos, como o kit odontológico disponibilizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Ações como essa foram contabilizadas na área de apoio pedagógico. A Figura 2 apresenta o quantitativo de universidades que desenvolvem ações nas áreas do PNAES.

Figura 2. Quantitativo de IFES por áreas do PNAES



Fonte: elaborado pelos autores

Destaca-se ainda a pouca quantidade de IFES com auxílio no âmbito da inclusão digital. Após a data da coleta de dados (janeiro a março de 2020), esse valor foi revisto e atualmente todas as IFES apresentam ações nesta área (pesquisa em novembro de 2020). Esta unanimidade nas IFES ocorreu em detrimento à pandemia causada pelo coronavírus, o que provocou uma mudança nos processos de ensino e aprendizagem, principalmente através de aulas remotas. A disponibilização de auxílios financeiros para aquisição ou melhoria dos recursos tecnológicos (computadores, *tablets*, por exemplo) se tornou uma demanda essencial para que as ações de assistência estudantil atendessem os estudantes em situação de vulnerabilidade. A grande maioria desses auxílios tem período de atendimento (três ou quatro meses), ou ainda são pagos em uma única parcela (como é o caso de auxílios para compra de computadores). Existe um programa de parceria do Ministério da Educação (MEC) com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) chamado Alunos Conectados, o qual muitas IFES aderiram.

Como segundo objeto de pesquisa, averiguou-se, para cada instituição, a existência de indicadores no âmbito da assistência estudantil para cada universidade e os resultados encontrados, em 16 instituições, estão apresentados na Quadro 3.

Quadro 3. Indicadores de Assistência Estudantil nas IFES do Brasil

Nº	IFES	Indicadores Relacionados à Assistência Estudantil
1	UFGD	IC – Índice de classificação, que tem como objetivo oferecer um parâmetro na realização da classificação socioeconômica e é obtido através de uma fórmula que aglomera outros índices para a concessão dos benefícios.
2	UFMT	IBAOEIB - Índice do Total de Bolsas de Assistência Ofertadas por Total de Estudantes Inscritos para Bolsas de Assistências; IEBAEM - Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados; IEBAACEBA - Índice do Total de Estudantes com Bolsa de Assistência que obtiveram aprovação em seus Cursos por Total de Estudantes com Bolsas de Assistência; IEBAEMCA* - Índice do total de estudantes com bolsa de assistência no ano no Campus Araguaia, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop; IEBAEM - Índice de Estudantes com Bolsa de Assistência por Total de Estudantes Matriculados; IECAE - Índice de eventos culturais por total de atividades de extensão; IECBBAEMC - Índice do total de estudantes dos cursos de bacharelado com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano; IECLBAEMC - Índice do total de estudantes dos cursos de licenciatura com bolsa de assistência no ano em relação ao total de estudantes matriculados nos cursos no ano; IABBM – Nº de bolsas e auxílios de AE existentes por alunos regulares da Graduação Obs.: foram encontrados indicadores à pós-graduação, mas não é objeto do estudo.
3	UFOB	IVS – Índice de Vulnerabilidade Social, que se configura como uma média ponderada de outros sete indicadores: IRE: Indicador de Renda Familiar Per Capita do Estudante; ISE: Indicador de Saúde do Estudante e de seu Núcleo Familiar; IAE: Indicador Acadêmico do Estudante; IBE: Indicador de Bens do Estudante e de seu Núcleo Familiar; ICF: Indicador da Composição Familiar do Estudante; IEM: Indicador de Ensino Médio do Estudante; IDE: Indicador de Despesas do Estudante.
4	UFRB	Possui um painel de monitoramento que traz informações acerca da quantidade de discentes assistidos, por mês e por tipo de auxílio concedido.
5	UFRPE	Apresenta a busca pela elaboração de indicadores como a Taxa de Sucesso da Graduação para alunos assistidos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3. Indicadores de Assistência Estudantil nas IFES do Brasil (continuação)

Nº	IFES	Indicadores Relacionados à Assistência Estudantil
6	UFERSA	Índice de evasão dos cursos de graduação – percentual de alunos que se evadem no primeiro ano dos cursos de graduação; Índice de retenção dos cursos de graduação – quantitativo de discentes que estão integralizando a matriz curricular de seus cursos após o período previsto; Índice de evasão de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES; Índice de retenção de alunos assistidos em relação ao total de alunos vinculados ao PNAES.
7	UFS	Média de conclusão – considera a média de todas as disciplinas; Índice de eficiência na carga horária – mensura o nível de aprovação na carga horária solicitada; Índice de eficiência no período letivo; Índice de evasão – proporção de alunos beneficiados que não realizaram matrícula ou trancamento; Índice de reprovação.
8	UFPA	Índice de discentes assistidos pelo PROAP; Índice de discentes apoiados pelo PROAP moradores das Casas de Estudantes; Índice de discentes assistidos e acompanhados pelas ações do PROAP; quantidade de apoio financeiro aos discentes através de Bolsas todas logadas ao PROBOLSA; quantidade de apoio financeiro aos discentes através de bolsas do PEC-G; quantidade de procedimentos aos discentes assistidos pelo PES; quantidade de auxílios aos discentes através do Permanência; Índice de alunos dos diferentes campi acompanhados pelo PROACCESS; Número de oferta, média diária de refeições ofertadas, no campus Belém da UFPA pelo PRORU. *PROAP – Programa de Apoio Pedagógico; PROBOLSA – Programa de Bolsa Acadêmico-Permanência; PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação; PES – Programa Estudante Saudável; permanência – Programa Permanência; PROACCESS – Programa Incluir-Acessibilidade
9	UNIFESSPA	Índice de alunos atendidos em relação ao total de alunos com direito a auxílios; e proporção de alunos de graduação com bolsas de programas acadêmicos.
10	UFT	Indicador auxílios concedidos a estudantes – mensura o nº de auxílios concedidos, somando o nº de auxílios pagos mensalmente durante o ano. Indicador Índice de Satisfação – mensura o nível de satisfação dos alunos em relação às atividades de assistência estudantil; Indicador Percentual de Vulnerabilidade Socioeconômica dos estudantes atendidos – mensura o percentual de vulnerabilidade socioeconômica extrema e alta dos estudantes; Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica – mensura os dados de diferentes fontes e classifica a situação em grupos; Indicador Atendimento do Restaurante Universitário – mensura a quantidade de refeições servidas no Restaurante Universitário nos campi da UFT.
11	UNIFEI	Índice de Eficiência Acadêmica – calculado pelo produto dos índices: MC = Média de Conclusão (média ponderada do rendimento acadêmico final nos componentes curriculares em que o discente conseguiu êxito ao longo do curso); IEPL = Índice de Eficiência em Períodos Letivos (divisão da carga horária acumulada pela carga horária esperada referente a cada período); IECH = Índice de Eficiência em Carga Horária (percentual da carga horária utilizada pelo discente que se converteu em aprovação). Taxa de Retenção – tempo médio que o aluno leva para concluir um curso de graduação. Taxa de evasão – refere-se à saída antecipada do aluno (antes da conclusão).
12	UFLA	Média de Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA), resultado da razão Σ (Nota Estudante na disciplina x Número de créditos da disciplina) / Σ Número de Créditos da disciplina. Taxa Média de Reprovação do Estudante, resultado da razão Σ taxa de reprovação do estudante no semestre / Σ número de ingressantes no semestre. Taxa de Desistentes ou Desligados, resultado da razão Σ número de estudantes Desistentes ou Desligados / Σ número de estudantes ingressantes no período.
13	UFTM	Nº de auxílios da Assistência Estudantil / Alunos da Graduação.
14	UNIRIO	Nº de discentes de graduação com bolsa; e percentual no valor das refeições.
15	FURG	Taxa de estudantes que demandam acessibilidade; Tempo médio de espera, em dias, entre a solicitação e o atendimento psicológico; Taxa, por tipo, de benefícios solicitados, que se enquadram nas regras do programa, por matriculados; Taxa, por tipo, de benefícios deferidos, por solicitados que se enquadram nas regras do programa; Taxa, por tipo, de auxílios solicitados, que se enquadram nas regras do programa, por matriculados; Taxa, por tipo, de auxílios deferidos, por solicitados que se enquadram nas regras do programa; Taxa de estudantes assistidos; Nº de projetos de ensino para apoio pedagógico; Nº de unidades acadêmicas, cursos e estudantes atendidos por projetos de ensino de apoio pedagógico; Média do coeficiente de rendimento dos estudantes assistidos e não assistidos; Taxa de sucesso dos estudantes assistidos e não assistidos; Taxa de estudantes assistidos pelo Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE); Taxa de Evolução das Ações de Assistência Básica aos Estudantes; e Taxa de Evasão.
16	UFFS	Taxa de sucesso na graduação; e taxa de atendimento de alunos com vulnerabilidade social.

Fonte: elaborado pelos autores.

Das universidades que apresentam algum indicador relacionado à assistência estudantil, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) apresentam artefatos, exclusivamente, na seleção e classificação de alunos. O uso de indicadores exclusivos no processo de acompanhamento durante o período letivo foi encontrado: na UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido), UFS (Universidade Federal de Sergipe), UFPA (Universidade Federal do Pará), UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), UNIFEI (Universidade Federal de Itajubá), UFLA (Universidade Federal de Lavras), UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), UNIRIO (Universidade Federal do Rio de Janeiro). As universidades UFT (Universidade Federal do Tocantins) e FURG (Universidade Federal do Rio Grande) utilizam indicadores na seleção/classificação e também no acompanhamento após a concessão das bolsas, sendo esta última IFES uma que realiza comparação de seus índices, inclusive com alunos não assistidos. A UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco) e UFFS (Universidade

configurariam mecanismos para atendimento, inclusive, do proposto no parágrafo único ao artigo 4º do referido Decreto, quando este menciona que as ações de assistência estudantil devem, também, “[...] agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras”. (BRASIL, 2010). Não foram encontrados relatos de que a existência desses artefatos tenha diminuído ou não os índices de evasão nas instituições. No que tange aos indicadores, Zucatto *et al.* (2009) complementam esta ideia quando inferem que o aporte teórico acerca dos indicadores na administração pública ainda exige discussões no sentido de avançar à consolidação das inúmeras abordagens que o uso deles pode provocar.

Assim, algumas dificuldades encontradas no processo de pesquisa merecem menção. A primeira delas foi a falta de padronização das informações relacionadas à assistência estudantil. Alguns sites institucionais apresentam semelhanças entre si, mas ainda há muita discrepância como um todo. Faz-se o exercício, inclusive, de ser um aluno com possibilidade de receber algum auxílio, na dificuldade de encontrar as informações necessárias para o pleito. Mesmo que os relatórios de gestão sigam uma ordem de informações, muitas delas não são nem exibidas. Interessante destacar, observando a Figura 3, a distribuição das IFES com alguma proposta de indicador no mapa do Brasil. Verifica-se que, mesmo em poucas quantidades, todas as regiões do Brasil estão contempladas. Configura, nesse sentido, que estas instituições poderiam ser norteadoras para as demais que ainda não tenham desenvolvido processos como estes em suas gestões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como proposta um levantamento de informações acerca da existência de indicadores de desempenho nas instituições federais de ensino superior no Brasil, motivada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES, no que tange à existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa. A busca destas informações foi feita através de pesquisas nos 69 sites das instituições da rede federal do país, incluindo páginas e documentos oficiais. Tal levantamento de dados contribui à comunidade acadêmica e à sociedade em geral no sentido de avaliar uma política pública existente há quase 10 anos, política esta de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico, social e econômico do país. As informações coletadas poderão nortear novos estudos e novas possibilidades de pesquisa e atuações no âmbito da temática apresentada, pois demonstram quais pontos devem ser melhorados e quais aspectos devem ser considerados no âmbito da avaliação da assistência estudantil.

No conjunto das 69 instituições pesquisadas, apenas sete apresentam indicadores que podem auxiliar no monitoramento e/ou na avaliação do programa. Importante destacar que, mesmo dados simples produzidos pelas instituições, configuram como uma tentativa dos gestores em avaliar a política pública como forma de melhorá-la cada vez mais, demonstrando uma preocupação com a gestão pública. A implementação de mecanismos dessa natureza, no âmbito da assistência estudantil, é algo extremamente necessário, como forma de avaliar e divulgar os resultados pelo programa, a eficiência e eficácia que ele tem provocado ou não (ROZADOS, 2005), a transparência que estas informações devem provocar (CARLOS *et al.*, 2008) a evolução prática dos processos envolvidos e os resultados esperados. Percebe-se que há ainda um caminho a percorrer, a partir dos resultados encontrados.

Entre as limitações da pesquisa, há de destacar: falta de padronização das informações nos sites das instituições, ausência de comparação histórica para avaliar variáveis num espaço de tempo, análise qualitativa das informações disponibilizadas, contextualização regional ou nacional acerca das atividades do programa. A carência de uma análise qualitativa é apresentada como uma das limitações por considerar que grande parte das informações disponibilizadas constitui dados quantitativos das instituições, sem uma explanação mais aprofundada das origens, impactos e desafios apresentados pelos dados levantados. A falta de contextualização regional ou nacional deve-se ao fato de não terem sido encontrados elementos comparativos entre as instituições de uma mesma região ou até mesmo no contexto nacional.

As discussões acerca da permanência não devem ser focadas apenas no ingresso ao ensino superior (SOUZA; CINTRA, 2020), mas devem configurar-se como um conjunto de fatores que envolvem não somente o ingresso, mas a permanência e principalmente o sucesso do estudante no decorrer da graduação; quando ocorre a separação dessas estratégias, demonstra-se a falta de políticas que fortaleçam as instituições de ensino (VELOSO; MACIEL, 2015).

Os resultados obtidos pela pesquisa configuram um pontapé para pesquisas futuras no sentido de propor indicadores que possam ser usados por todas as instituições, como forma, inclusive, de subsidiar informações para uma melhor comparação no âmbito nacional ou regional, observadas as características de cada instituição, mas que funcionem como um norteador na avaliação dessa política pública. Jannuzzi (2005) também aponta que uma das grandes dificuldades no acompanhamento de políticas públicas é a disposição de informações periódicas para análise dos programas, fato este que deveria ser previsto na concepção do programa, como forma de permitir que indicadores de desempenho fossem construídos. Não obstante, há de se destacar a quase inexistência de *feedbacks* por parte dos estudantes, como forma de avaliação da política. Tal argumento é defendido por Zucatto *et al.* (2009) quando este menciona que, como provimento de melhorias, os indicadores também não de ser compreendidos e aceitos pelos usuários, ações estas que podem ser realizadas envolvendo os estudantes no processo de construção dos artefatos.

As informações coletadas podem ainda servir de aporte para o aprimoramento de novos construtos, como construção de painéis de gestão ou outras ferramentas para acompanhamento em tempo real. É imprescindível que a discussão acerca da assistência estudantil seja ampliada e comprometida com os reais interesses e necessidades dos estudantes como forma de alcançar uma política que seja eficaz (DUTRA; SANTOS, 2017). Não há de se negar, em hipótese alguma, o consenso de que o processo de assistência estudantil é realmente importante em relação aos seus objetivos, mas há de se destacar, divulgar e analisar quais as conquistas que ele tem provocado, se está ocorrendo a evolução acadêmica por ele desempenhado, como forma, inclusive, de apontar onde o gasto público está sendo usado e que tipo de retorno para a sociedade ele está tendo e se tem atingido, pelo menos de forma majoritária, aos objetivos para o programa definido. Desse modo, numa gestão pública onde se preza pela transparência, pela avaliação dos resultados e desempenho, é cada vez maior a necessidade de mecanismos que ajudem a tomar essas e outras decisões que impactem o país de um modo geral.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, A. C. L.; SANABIO, M. T.; MAGALDI, C. A.; MACHADO, C. S. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**. v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013. DOI: [10.5007/1983-4535.2013v6n4p125](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n4p125)
- BORDIM, C. F.; BAGGIO, D. K.; CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I. Desempenho acadêmico e moradia estudantil: variáveis que afetam(?) os estudantes da UFGD. **Colóquio Internacional de Gestão Universitária (CIGU)**. p. 1-16, Florianópolis. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. 2010. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 19 jun. 2020.
- BRASIL. **Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública**. Brasília: Coordenação de Documentação e Informação, 2012. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 17 jun. 2020.
- CAPOBIANGO, R. P.; SILVEIRA, S. F. R.; ZERBATO, C.; MENDES, A. C. A. Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. v. 45, n. 6, p. 1869-1890, 2011. DOI: [10.1590/S0034-76122011000600012](https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000600012)
- CARLOS, F. A.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; MACÊDO, J. M. A.; AMARO, R. G.; FILHO, J. F. R. Uma discussão sobre a criação de indicadores de transparência na gestão pública federal como suporte ao ciclo da política pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**. v. 13, n. 2, p. 1-15, 2008. [Link](#)
- CARRANO, D. P.; BERTASSI, A. L.; MELO-SILVA, G. Efetividade do Pnaes enquanto política pública do Estado para o combate à evasão universitária na UFSJ. **Educação Online**. v. 13, n. 28, p. 1-19, 2018.
- CINTRA, R. F.; RIBEIRO, I.; COSTA, B. K. Reflexo da Moradia Estudantil no Índice de Desempenho Acadêmico: um Estudo Quantitativo na Universidade Federal da Grande Dourados. **XLII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. p. 1-14, Curitiba. 2018.
- CIOBANU, A. The Role of Student Services in the Improving of Student Experience in Higher Education. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**. Logos Universality Mentality Education Novelty (LUMEN 2013), Iasi, Romania, 10-13 April 2013. v. 92, p. 169-173, 2013. DOI: [10.1016/j.sbspro.2013.08.654](https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.08.654)
- COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**. v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.
- CRUMPTON, C. D.; MEDEIROS, J. J.; FERREIRA, V. R. S.; SOUSA, M. M.; NAJBERG, E. Evaluation of public policies in Brazil and the United States: a research analysis in the last 10 years. **Revista de Administração Pública**. v. 50, n. 6, p. 981-1001, 2016. DOI: [10.1590/0034-7612156363](https://doi.org/10.1590/0034-7612156363)
- DURAT, K. R. Ensino superior federal: uma análise da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS). **II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais. II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. p. 11, Londrina. 2017.
- DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. v. 25, n. 94, p. 148-181., 2017. DOI: [10.1590/s0104-40362017000100006](https://doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006)

ELOI, S. DE S. S. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: um modelo a partir da teoria do programa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2018.

GARRIDO, E. N. Assistência Estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. Seminário Universidade Sociedade. **Anais...** In: SEMANA KIRIMURÉ. Bahia: 2012. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 13 nov. 2020.

GOMES, A. M. O.; PASSOS, G. O. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos institutos federais. **Revista de Políticas Públicas**. v. 22, n. 1, p. 415-442., 2018. DOI: [10.18764/2178-2865.v22n1p415-442](#)

GRATERON, I. R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos**. n. 21, p. 1-18., 1999. DOI: [10.1590/S1413-92511999000200002](#)

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (ORGS.). **Políticas públicas no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Scielo Editora Fiocruz, 2007. ISBN: 978-85-7541-350-0. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 23 jun. 2020.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. n. 129, p. 285-303., 2017. DOI: [10.1590/0101-6628.109](#)

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. v. 56, n. 2, p. 137-160., 2005. DOI: [10.21874/rsp.v56i2.222](#)

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**. v. 8, n. 22, p. 116-148., 2016. DOI: [10.22347/2175-2753v8i22.870](#)

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 25, n. 1, p. 199-218., 2020. DOI: [10.1590/s1414-407720200001000011](#)

LUDEMAN, R. B.; SCHREIBER, B. **Student Affairs and Services in Higher Education: Global Foundations, Issues, and Best Practices Third Edition**. Berlin: IASAS, 2020.

MARTINS, P. F. M.; ARAÚJO JUNIOR, C. A. M.; RODRIGUES, J. A. Orçamento público para financiamento da assistência estudantil no ensino superior sob a perspectiva do direito humano fundamental à educação. **Revista Argumentos**. v. 16, n. 2, p. 138-164., 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**. v. 42, n. 1, p. 61-82., 2008. DOI: [10.1590/S0034-76122008000100004](#)

PALAVEZZINI, J.; ALVES, J. M. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante? . In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina: 2019.

PAULA, R. N. C.; ICHIKAWA, E. Y. Indicadores de produtividade em cooperativas do Paraná: um estudo comparativo de casos. **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Brasília. 2002. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 26 jun. 2020.

PINTO, F. P.; ONUSIC, L. M. Implementação das políticas de permanência das Universidades Federais do Estado de São Paulo: estudo multicaso. **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Costa do Sauípe. 2016.

POGGERE, B. G. F. A. Assistência estudantil para quem? O direito de permanência da classe trabalhadora no ensino superior e suas contradições. **Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. p. 1-12., 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos

de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**. v. 46, n. 5, p. 1271-1294., 2012.

ROZADOS, H. B. F. Uso de indicadores na gestão de recursos de informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. v. 3, n. 2, p. 60-76., 2005. DOI: [10.20396/rdbci.v3i1.2054](https://doi.org/10.20396/rdbci.v3i1.2054)

SANTOS, M. A. **Evasão, um problema comum, origens diversas: um estudo sobre a evasão entre os diferentes grupos de alunos da UFJF**. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2016.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. ISBN: 978-85-221-1353-8.

SOUZA, G. V.; CINTRA, R. F. Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil: análise da última década (2011-2019). **Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Porto Alegre. 2020.

TCU. **Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos**. Brasília: Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

TCU. **Orientações para o cálculo dos Indicadores de Gestão - Decisão TCU nº 408/2002 - PLENÁRIO**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2004. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 29 jun. 2020.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. V. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. v. 42, n. 3, p. 529-550., 2008.

UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

VARGAS, M. L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**. v. 16, n. 1, p. 149-163., 2011. DOI: [10.1590/S1414-40772011000100008](https://doi.org/10.1590/S1414-40772011000100008)

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-Vista**. v. 17, n. 2, p. 599-616., 2010.

VELOSO, T. C. M. A.; MACIEL, C. E. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**. v. 51, n. 37, p. 224-250., 2015. DOI: [10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178](https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178)

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução Ricardo Avelar De Souza. Brasília: ENAP, 2014. ISBN: 978-85-256-0073-8.

ZUCATTO, L. C.; SARTOR, U. M.; BEBER, S.; WEBER, R. Proposição de indicadores de desempenho na Gestão Pública. **ConTexto**. v. 9, n. 16., 2009. Disponível em: [Link](#). Acesso em: 15 jun. 2020.

Contato:

Helder de Lima Fava
E-mail: helder@gmail.com

Renato Fabiano Cintra
E-mail: renatocintra@hotmail.com

Submetido em: 28/05/2021
Revisado em: 25/11/2021
Aprovado em: 17/03/2022